

EDUCAÇÃO AMBIENTAL DEVE ESTAR EM TUDO¹

Para falar sobre educação ambiental, o Boletim SICAT entrevistou o professor Maurício Waldman. Escritor, antropólogo, sociólogo e Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP), Waldman aborda a importância da educação ambiental no cotidiano das pessoas e a responsabilidade que deve ser dividida entre o cidadão, a sociedade e governos: federal, estadual e municipal.

COMO O SR AVALIA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ÓTICA DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NO ALTO TIETÊ?

Professor Maurício Waldman: A educação ambiental tem que estar centrada na realidade objetiva, no espaço habitado pelo cidadão. Não adianta falar numa questão ambiental divorciada da realidade das pessoas. Neste sentido, a educação ambiental tem que ser avaliada de modo articulado com as questões práticas do dia-a-dia e com o cotidiano vivenciado pelo cidadão, especialmente daquele que habita as grandes metrópoles, palco por excelência dos distúrbios ambientais da modernidade. Assim, a associação educação ambiental-recursos hídricos integra uma agenda cujos pressupostos inserem equacionamentos bem mais complexos dos que os sugeridos pelo senso comum. A tendência dos cursos de capacitação em recursos hídricos é despejar toda a responsabilidade relacionada com o uso e desperdício da água no usuário doméstico. Ora, vamos recordar que a utilização e o consumo da água não tem por cenário preferencial o espaço residencial. Sabidamente, 70% da água do mundo é destinada para a produção de alimentos. Outros 20% estão reclamados pela indústria. Apenas os 10% restantes correspondem ao consumo residencial direto. Coerentemente, além do cidadão, o conjunto dos atores sociais deve proceder de modo ambientalmente

¹ Entrevista concedida à jornalista Inácia Sousa, do Boletim SICAT (Sistema de Informação e Comunicação do Alto Tietê), publicada no número 3, de Agosto de 2006, páginas 4 e 5.

adequado. Nesta seqüência, uma discussão séria apontando para uma política de preservação dos recursos hídricos não admite a ausência do agricultor, do pecuarista ou do empresário. Em síntese: uma educação ambiental responsabilizando unicamente o indivíduo é pelo mínimo incorreta. Para completar, assinala-se a dramaticidade da situação da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), cuja disponibilidade hídrica é menor do que a de Israel, país onde os recursos hídricos são notadamente escassos. Quando vemos os rios poluídos, tamponados e envelopados, temos que reavaliar a forma como a questão dos recursos hídricos é conceituada nos órgãos ambientais e pressionar para que os cursos relacionados com este temário passem a ser pautados pela realidade efetivamente vivenciada pelas pessoas. Apenas com a multiplicação deste processo é que poderemos contribuir para reverter um quadro caracterizado pela degradação das águas doces. Entretanto, há que se admitir, o que tem sido feito é reconhecidamente pouco.

QUAL SUA VISÃO A RESPEITO DO APOIO QUE OS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL OFERECEM PARA OS PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ALTO TIETÊ?

Professor Maurício Waldman: Para responder sua pergunta, não seria demasiado respaldar filosoficamente a argumentação, no caso, apelando para Michel Foucault, famoso pensador francês, quando este fala da "microfísica do poder". É inescapável tocar nos aspectos psicológicos relacionados com a perversidade do mandonismo. Poderíamos indagar: no que isto se associa com os órgãos envolvidos com a educação ambiental no Alto Tietê? Bem, primeiro que esse apoio é *sofrível*. Acrescentando: *sofrível, precário e insuficiente*. Segundo, *que aparentemente o grande problema ocorre justamente quando os cursos são bem sucedidos*. O fato de uma ONG organizar um curso bem sucedido, com boa receptividade e bom nível de aprovação por parte de sua clientela, termina por impedir que o este seja repetido. Por que? Porque se concretamente a sociedade civil demonstra capacidade de se organizar e preencher lacunas nas quais o Estado - em qualquer nível que seja: federal, estadual ou municipal - não exhibe competência para assumir, é exatamente por esse motivo que a aparelhagem burocrática inicia o emperramento dos processos de financiamento desses cursos. Daí a menção a Foucault e ao seu célebre adágio *vigiar e punir...*

Não é possível falar em educação ambiental que só responsabiliza o cidadão

E QUANTO À EDUCAÇÃO AMBIENTAL DESENVOLVIDA PELA SOCIEDADE, ÓRGÃOS MUNICIPAIS E ESTADUAIS DE SÃO PAULO?

Professor Maurício Waldman: Numa perspectiva mais ampla, existe uma demanda inquestionável no sentido de reforçar iniciativas voltadas para capacitar a sociedade no tocante aos recursos hídricos. Por outro lado, isto não implica relegar para segundo plano a gestão integrada dos recursos hídricos. Não há como pensar educação ambiental com base num único agente responsável. Na realidade, existem três atores sociais, todos de suma importância. Um destes é o cidadão; O outro é a sociedade (Ongs, empresas, universidades, etc.); Finalmente, temos que considerar o Estado e seu aparato institucional. Pois bem, não adianta a atuação ambiental ser levada adiante com sucesso pela sociedade civil, e paralelamente, ser deficiente no âmbito do Estado e do indivíduo ou vice-versa. Esta é uma situação que deve ser evitada e corrigida. O importante é garantir um nível de excelência colocado para estes três atores - o cidadão, a sociedade e o Estado -, tais como fossem três pernas de uma única banqueta. Lidar com recursos hídricos pressupõe que as atuações do cidadão, da sociedade e do Estado estejam obrigatoriamente em sintonia e em sinergia entre si.



Professor Maurício Waldman desenvolvendo curso de capacitação em recursos hídricos na Associação Global de Desenvolvimento Sustentado (FEHIDRO-AGDS), em São Bernardo do Campo, SP

(Foto fornecida pela AGDS, datada de 16 de Abril de 2005).

UMA ENQUETE SOBRE ENSINO AMBIENTAL REALIZADA EM JUNHO DE 2006 PELO SITE AMBIENTEBRASIL INDICA QUE 74,4% DOS LEITORES CONSIDERAM INSATISFATÓRIA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL MINISTRADA NO PAÍS. TODAVIA, 12% ACREDITAM QUE EXISTIRAM MELHORIAS. QUAL É A SUA OPINIÃO?

Professor Maurício Waldman: Não participei da enquete, mas eu votaria como insatisfatório. Eu sou o que poderia ser definido como um militante ambientalista histórico. Faz 30 anos que estou acompanhando o desenrolar dos acontecimentos. Outrora, a questão ambiental era conversa de romântico e de maluco. Agora, todo mundo sabe disso, tornou-se assunto sério, integrando programas de governo, das Nações Unidas e assim por diante. Hoje em dia não há quem deixe de proclamar preocupação para com a questão ambiental, nem que seja em termos de puro *marketing*. Entrementes, ao mesmo tempo em que o processo conscientização avança a conta gotas, a degradação caminha a passos de gigante. Obviamente isso tem a ver com a educação ambiental, ao menos do modo como efetivamente é desenvolvida. Em resumo: Se as pessoas não têm a consciência do que acontece, como pressupor que irão colocar em prática os procedimentos necessários? A educação ambiental deve se materializar como uma atitude articulada com a prática diária e deixar de ser um temário extemporâneo, alheio à realidade das pessoas.

A educação ambiental precisa estar articulada com as questões do dia a dia

O QUE FALTA PARA OS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS SE TORNAREM CONHECIDOS DO PÚBLICO E DOTADOS DE PARTICIPAÇÃO EFETIVA?

Professor Maurício Waldman: Não é fazendo campanha de divulgação que os comitês irão se tornar mais conhecidos. Muitas pessoas até sabem que os comitês existem. Porém não participam da sua dinâmica. Creio que existem duas problemáticas que constituem objeto de discussão. Primeiramente, deve ser explicitada a questão política. Nós costumamos dizer: “cresça e apareça”. Outrossim, pode-se arremedar: “você tem que

aparecer para crescer”. Existe, portanto, a necessidade dos comitês explicitarem proposições concretas para a sociedade de forma a angariarem apoio e sustentação política. Não há como conseguir adesão sem uma apresentação de uma pauta propositiva. Outro problema é que sendo os comitês tripartites, a tendência destas instâncias - em função da participação do Estado e de outros grupos que não possuem uma relação mais orgânica com a dinâmica social - é justamente cair no internismo. Recordemos que o internismo não se restringe a um desvio meramente burocrático. Fundamentalmente, ele reproduz uma prática política cujas intenções são claramente contrárias à participação da sociedade. Nesta avaliação, o internismo suscita a fragilização dos comitês naquilo que eles poderiam apresentar de melhor, que é a atuação participativa. Trata-se de uma questão a ser levada seriamente em consideração para colocarmos os comitês de fato em funcionamento, fortalecendo deste modo uma instância que seria, em princípio, aquela que deveria magnetizar a formação da opinião pública relativamente aos recursos hídricos.

AUTORIZADA A CITAÇÃO E/OU A REPRODUÇÃO DESTA ENTREVISTA DESDE QUE MENCIONADA A REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA, CONFORME ABAIXO DISCRIMINADO:

WALDMAN, Maurício, 2006, Entrevista concedida à jornalista Inácia Sousa, Boletim SICAT (Sistema de Informação e Comunicação do Alto Tietê), nº 3, de Agosto de 2006, páginas 4 e 5, São Bernardo do Campo, SP.

PROF. DR. MAURÍCIO WALDMAN - INFORMAÇÕES PORMENORIZADAS

Home-Page Pessoal : www.mw.pro.br

Biografia Wikipedia english: http://en.wikipedia.org/wiki/Mauricio_Waldman

Currículo no CNPq - Plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3749636915642474>